



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

22/03/2019

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. DESEMBARGADOR.....	3 - 4
2. JORNAL EXTRA	
2.1. DESEMBARGADOR.....	5
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	7 - 9
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	10

TJ inaugura Complexo Judiciário

No local, funcionarão a Vara da Infância e Juventude, Juizado Criminal e Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz

IMPERATRIZ

O Poder Judiciário do Maranhão inaugurou, na noite de quarta-feira, 20, as instalações do Complexo Judiciário de Imperatriz, onde passam a funcionar a Vara da Infância e Juventude, o Juizado Criminal e a Turma Recursal Cível e Criminal da comarca. As novas instalações ficam localizadas na Rua Arturos, s/nº, Parque Sanharol.

Com cerca de um mil metros quadrados de área, o prédio que passa a abrigar as três unidades judiciais foi cedido em sistema de comodato pelo proprietário Antônio Leite, sem ônus ao Poder Judiciário. O imóvel conta com estrutura em boas condições, possibilitando a distribuição das salas de acordo com as necessidades dos serviços.

O evento contou com a presença do vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival de Jesus Serejo, repre-

sentando o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do decano do TJMA, desembargador Antônio Fernando Bayma; do diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca, entre outros magistrados e autoridades da cidade.

Na ocasião, o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca, frisou que a mudança representa um avanço nas condições de trabalho de juízes e magistrados, assim como no atendimento aos usuários, considerando que o local anterior não mais atende as necessidades e não oferece condições de salubridade. O juiz pediu maior atenção da Administração quanto ao investimento na instalação de varas e juizados em Imperatriz e comarcas próximas, ressaltando o crescimento populacional da região em comparação à capital, que recebeu novas varas e juizados nos últimos anos.

“Imperatriz é a segunda maior comarca do Estado e necessita de uma atenção diferenciada para garantia de uma boa prestação jurisdicional à população desta região”, observou Adolfo Fonseca.

O vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, afirmou que a Presidência do Tribunal está atenta às dificuldades da Comarca de Imperatriz, informando que todas as pretensões dos juízes serão levadas ao Tribunal. Ele agradeceu ao gesto do proprietário do prédio cedido ao Judiciário, que representa uma resposta sobre a preocupação do Judiciário com o cidadão, com a eficiência e a busca pelo aperfeiçoamento dos serviços.

“Ações como essa mostram que estamos atentos, trabalhando sempre para acompanhar as mudanças sociais que vivemos na atualidade”, frisou.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou as instalações e registrou as boas con-

dições estruturais do local. Ele explicou o andamento do procedimento para continuidade das obras do novo Fórum de Imperatriz, cujo processo iniciado pela Presidência do Tribunal aguarda autorização o Tribunal de Contas da União, e citou algumas medidas anunciadas pelo presidente Joaquim Figueiredo, como a realização de concurso público para servidores e contratação de estagiários. “Imperatriz não está esquecida no Tribunal, o que ainda não foi feito pela presi-

dência por falta de condições”, disse.

Avanço

Para o juiz Delvan Tavares, titular da Vara da Infância e Juventude, a mudança representa um avanço em diversos aspectos no trabalho da unidade, oferecendo condições mais dignas de trabalho, o que reflete na qualidade do atendimento e produtividade.

As novas instalações da Vara da Infância contam com Sala de Depoi-

mento Especial para crianças e adolescentes; salas para atendimento psicológico, de assistência social, entre outras. “Nosso público é principalmente de crianças e adolescentes, que a partir de agora terão melhores condições de atendimento”, ressaltou o titular da unidade.

Também prestigiaram a instalação e participaram do descerramento da placa das novas unidades juízes de Imperatriz e comarcas próximas. Estavam presentes entre eles a juíza titular do 1º Juizado Criminal, Débora Jansen; o juiz Ângelo Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão; o diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão; o promotor de Justiça Frederico Bacelar, que representou o procurador-geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o representante da Defensoria Pública Estadual, André Luiz Jacomin; além de outros promotores de Justiça, advogados, autoridades locais e servidores. ●



Divulgação

Magistrados descerram placa de inauguração do Complexo Judiciário





Fotos/Divulgação



O DESEMBARGADOR Cleones Cunha ressalta importância da recém-lançada Campanha da Fraternidade

Unidos pela fraternidade

Em sessão plenária administrativa, ontem, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Cleones Cunha, conclamou os desembargadores e demais membros do Poder Judiciário a dedicarem especial atenção à Campanha da Fraternidade/2019, que traz como temática central “Fraternidade e Políticas Públicas” inspirada pelo versículo bíblico: “Serás libertado pelo direito e pela justiça” (Is 1, 27).

Tendo em vista que as políticas públicas são ações e programas que são

desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis, o desembargador Cleones Cunha considerou pertinente que o Poder Judiciário atente para a Campanha, cujas diretrizes destacam as mencionadas políticas públicas como uma ação Estado, que busca garantir a segurança e a ordem, por meio da garantia dos direitos.

O documento oficial da Campanha da Fraternidade 2019 diz que a participação

direta da sociedade na elaboração e implementação de Políticas Públicas está garantida na Constituição Federal de 1988 que prevê a participação popular em conselhos deliberativos que estão divididos em quatro áreas: criança e adolescente; saúde; assistência social e educação.

O objetivo desta campanha é estimular a participação em políticas públicas, à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja para fortalecer a cidadania e o bem comum, sinais da fraternidade.

Desembargador repudia notícias inverídicas sobre a Justiça Eleitoral

O presidente do TRE, desembargador Cleones Cunha, em sessão administrativa realizada ontem, repudiou veementemente as notícias que circulam em redes sociais alardeando que a Justiça Eleitoral não existe em outros países e é totalmente desnecessária, a qual atenderia apenas aos interesses da corrupção política.

Destacou que, aparentemente, esses ataques são decorrentes da recente decisão do Supremo Tribunal Federal que deslocou a competência para julgar crimes conexos àqueles de Caixa 2 para esta Justiça especializada, afirmando que não competiria à Corte Eleitoral debater acerca da decisão do Supremo.

Para ele, é lamentável tal ataque, tendo afirmado que “só quem não conhece a Justiça Eleitoral brasileira pode falar isso,

ou quem tem outros interesses por trás disso. A justiça eleitoral, que foi criada em 1932, no Brasil, está atingindo um patamar de fazer inveja aos países mais civilizados do primeiro mundo. Ninguém ou nenhum país faz uma eleição como fizemos em 2018 e se tem o resultado antes do final do dia da eleição”.

Lembrou que a justiça eleitoral brasileira busca implementar tecnologias que visam cada vez mais garantir a manifestação do eleitor, a exemplo do voto eletrônico e da biometria.

“Todas as vezes que atacam a Justiça Eleitoral, eu não poderei ficar calado, porque senão não seria digno de estar presidindo essa Casa. Fica o meu desabafo, que tenho certeza é o desabafo de todos os senhores”, finalizou o presidente.

Bate Rebate

CRIAÇÃO



O plenário da Assembleia Legislativa aprovou ontem o Projeto de Lei Complementar 005/18, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre a criação da Vara da Saúde Pública,

para atender a Comarca da Ilha de São Luís.

Complexo Judiciário com Vara da Infância, Juizado Criminal e Turma Recursal é inaugurado em Imperatriz *P5c1*

Ribamar Pinheiro/Asscom TJMA



Inaugurado Complexo Judiciário com Vara da Infância, Juizado Criminal e Turma Recursal

Na noite desta quarta-feira (20), o Poder Judiciário do Maranhão inaugurou as instalações do Complexo Judiciário de Imperatriz, onde passará a funcionar a Vara da Infância e Juventude, o Juizado Criminal e a Turma Recursal Cível e Criminal da comarca. As novas instalações ficam localizadas na Rua Arturos, s/nº, Parque Sanharol.

O evento contou com a presença do vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Lourival de Jesus Serejo, representando o presidente da Corte, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; do corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva; do decano do TJMA, desembargador Antônio Fernando Bayma; do diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca, entre outros magistrados e autoridades da cidade.

Com cerca de um mil metros quadrados de área, o prédio que passa a abrigar as três unidades judiciais foi cedido em sistema de comodato pelo proprietário Antônio Leite, sem ônus ao Poder Judiciário. O imóvel conta com estrutura em boas condições, possibilitando a distribuição das salas de acordo com as necessida-

des dos serviços.

Na ocasião, o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca, frisou que a mudança representa um avanço nas condições de trabalho de juízes e magistrados, assim como no atendimento aos usuários, considerando que o local anterior não mais atende as necessidades e não oferece condições de salubridade. O juiz pediu maior atenção da Administração quanto ao investimento na instalação de varas e juizados em Imperatriz e comarcas próximas, ressaltando o crescimento populacional da região em comparação à capital, que recebeu novas varas e juizados nos últimos anos.

“Imperatriz é a segunda maior comarca do Estado e necessita de uma atenção diferenciada para garantia de uma boa prestação jurisdicional à população desta região”, observou Adolfo Fonseca.

O vice-presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo, afirmou que a Presidência do Tribunal está atenta às dificuldades da Comarca de Imperatriz, informando que todas as pretensões dos juízes serão levadas ao Tribunal. Ele agradeceu ao gesto do proprietário do prédio cedido ao Judiciário, que

representa uma resposta sobre a preocupação do Judiciário com o cidadão, com a eficiência e a busca pelo aperfeiçoamento dos serviços.

“Ações como essa mostram que estamos atentos, trabalhando sempre para acompanhar as mudanças sociais que vivemos na atualidade”, frisou.

O corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, visitou as instalações e registrou as boas condições estruturais do local. Ele explicou o andamento do procedimento para continuidade das obras do novo Fórum de Imperatriz, cujo processo iniciado pela Presidência do Tribunal aguarda autorização o Tribunal de Contas da União, e citou algumas medidas anunciadas pelo presidente Joaquim Figueiredo, como a realização de concurso público para servidores e contratação de estagiários. “Imperatriz não está esquecida no Tribunal, o que ainda não foi feito pela presidência por falta de condições”, disse.

AVANÇO - Para o juiz Delvan Tavares, titular da Vara da Infância e Juventude, a mudança representa um avanço em diversos aspectos no trabalho da unidade, oferecendo condições mais dignas de trabalho, o que reflete

na qualidade do atendimento e produtividade.

As novas instalações da Vara da Infância contam com Sala de Depoimento Especial para crianças e adolescentes; salas para atendimento psicológico, de assistência social, entre outras. “Nosso público é principalmente de crianças e adolescentes, que a partir de agora terão melhores condições de atendimento”, ressaltou o titular da unidade.

Também prestigiaram a instalação e participaram do desceramento da placa das novas unidades juizes de Imperatriz e comarcas próximas. Estavam presentes entre eles a juíza titular do 1º Juizado Criminal, Débora Jansen; o juiz Ângelo Santos, presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão; o diretor-geral do Tribunal de Justiça, Mário Lobão; o promotor de Justiça Frederico Bacelar, que representou o procurador-geral da Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; o representante da Defensoria Pública Estadual, André Luiz Jacomin; além de outros promotores de Justiça, advogados, autoridades locais e servidores. *(Juliana Mendes - Asscom TJMA)*

Ribamar Pinheiro/ Asscom TJMA



Magistrados descerram a placa de inauguração do Complexo Judiciário de Imperatriz

Rapidinhas

- A Assembleia aprovou, ontem (21), Projeto de Lei Complementar 005/18, do Poder Judiciário, que dispõe sobre a criação da Vara da Saúde Pública, para atender a Comarca da Ilha de São Luís.
 - Na mensagem do TJMA, assinada pelo presidente, desembargador Joaquim Figueiredo, a alteração justifica-se em razão da necessidade de atender à crescente demanda de ações referentes à saúde pública, garantindo seu processamento e julgamento por uma vara especializada, contando, inclusive, com estruturas de apoio para a solução consensual e/ou administrativa das questões relativas à sua competência, constituídas por servidores do Poder Judiciário ou de outros órgãos, incluindo o Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS).
 - A Vara será responsável pelo processamento e julgamento das ações relacionadas a internação hospitalar, cirurgias, fornecimento de medicamentos, órteses e próteses.
-